

# COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

## PROJETO DE LEI Nº 5.546, DE 2009

**Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 11.348, de 27 de setembro de 2006, para convalidar atos praticados por servidores e efeitos financeiros decorrentes do exercício de funções comissionadas de nível 02, criadas por ato administrativo interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.**

**Autor:** Tribunal Superior do Trabalho.

**Relator:** Deputado MILTON MONTI.

### I - RELATÓRIO

Nos termos do art. 96, inciso II, alínea “b”, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal Superior do Trabalho encaminhou, para deliberação do Congresso Nacional, projeto de lei que “acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 11.348, de 27 de setembro de 2006, para convalidar atos praticados por servidores e efeitos financeiros decorrentes do exercício das funções comissionadas de nível 02, criadas por ato administrativo interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região”.

As razões motivadoras da proposição, constantes de sua **Justificação**, são, entre outras as seguintes:

*O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, único Tribunal sediado em cidade do interior, representa um dos três na lista dos pretórios com maior movimento processual do país tendo criado, em época pretérita, como forma de motivar ingresso em seus quadros*

*funcionais, 720 (setecentos e vinte) funções comissionadas de nível 02 mediante ato administrativo interno, sob o entendimento – que à época prevalecia –, de que a medida prescindia de texto legal porquanto inserta dentro dos limites da autonomia administrativa assegurada aos Tribunais pelo art. 96, inciso I, alínea “b” da Constituição Federal. Nesse sentido tem-se o Ato Regulamentar nº 26/92 do Supremo Tribunal Federal e Resolução Administrativa nº 42/91 deste Tribunal Superior do Trabalho.*

*Com a edição da Lei nº 9.421/96, que criou as carreiras dos servidores do Poder Judiciário, pacificou-se o entendimento segundo o qual a criação, transformação ou extinção de cargos, empregos ou funções do Judiciário somente seria possível mediante lei de iniciativa dos Tribunais (art. 96, inciso II, alínea “b” da Constituição Federal). Desse modo, o Supremo Tribunal Federal revisou seu posicionamento acerca do tema, mediante julgado em sede de Medida Cautelar, ADI nº 1732/ES, com relatoria do então Ministro Néri da Silveira, adotando o Tribunal Superior do Trabalho igual medida por meio da Resolução Administrativa nº 833/2002, que, em seu art. 5º, vedou expressamente a possibilidade administrativa de os Tribunais Regionais do Trabalho promoverem a criação de funções comissionadas ou sua transformação com elevação ou redução de nível, com efeitos a partir de dezembro de 1996.*

*Cuidou, então, o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, a exemplo de outros Tribunais em igual situação, de encaminhar anteprojeto de lei para legitimar o ato administrativo interno praticado – criação das funções comissionadas –, objeto do Projeto de Lei no Congresso Nacional nº 6.999/2002, convertido, a final, na Lei nº 11.348/2006, mediante a qual o ato de criação das citadas funções comissionadas fora regularizado, não se convalidando, todavia, os atos praticados pelos servidores que exerciam tais funções, em desigualdade com os textos das Leis nºs 11.758/2008 (TRT 1ª Região), 11.349/2006 (TRT 8ª Região) e 11.336/2006 (24ª), editadas com igual propósito.*

*Dessa forma, fica evidente que os propósitos do Projeto de Lei nº 5.546, de 2009, se resumem ao seguinte:*

- Convalidar atos praticados por servidores no exercício de funções comissionadas criadas por atos administrativos.*

- *Convalidar os efeitos financeiros decorrentes do exercício de funções comissionadas criadas por atos administrativos.*

Aberto o prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Em acordo com o art. 32, inciso XIII, alínea “p”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, compete agora a esta Comissão manifestar-se sobre o mérito do projeto de lei em exame.

A sociedade brasileira há muito clama pela celeridade do Poder Judiciário em proferir suas decisões. Com efeito, a construção de uma sociedade mais justa e solidária está intimamente ligada à existência de um Poder Judiciário eficiente e que, em tempo hábil, efetive a prestação jurisdicional que lhe é solicitada.

O mérito do Projeto de Lei nº 5.546, de 2009, reside na **convalidação jurídica** de atos praticados por servidores ocupantes de funções comissionadas criadas por atos administrativos, bem como os efeitos financeiros decorrentes da ocupação dessas funções.

É preciso registrar que o Congresso Nacional já aprovou medidas semelhantes em três outros casos oriundos da Justiça Trabalhista. Com efeito, as Leis nºs 11.336, de 2006, 11.349, de 2006, e 11.758, de 2008, **adaptaram postura convalidatória equivalente à preconizada pelo Projeto de Lei nº 5.546, de 2009**, razão pela qual não vemos óbices à aprovação da proposição em exame.

Além do que, as funções comissionadas, já incorporadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, **concorrem para o bom desempenho desse órgão jurisdicional, com reflexos positivos para a sociedade.**

Dessa forma, em razão do exposto, manifestamo-nos **pela aprovação** do Projeto de Lei nº 5.546, de 2009, com base no art. 129, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2009.

**Deputado MILTON MONTI**  
**Relator**